

870 TESTES DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Prepare-se para os seguintes concursos:

OAB

Magistratura do Trabalho

Ministério Público do Trabalho

Técnico do Tribunal Regional do Trabalho

Analista do Tribunal Regional do Trabalho

PGE

MPU

BACEN

PGR

PGM

Procurador

Gleibe Pretti

APRESENTAÇÃO

A presente obra tem o objetivo principal de preparar o leitor para os mais diversos concursos públicos que exigem as matérias de direito e processo do trabalho.

É cediço afirmar que uma das melhores formas é estudar através de provas anteriores. Essa obra tem esse escopo de afirmar o conhecimento para o leitor e que este leve para a realização da prova.

As questões apresentadas são provenientes das mais recentes provas aplicadas em todo o Brasil tanto a nível federal, estadual ou municipal.

As afirmativas corretas estão devidamente assinaladas

mas recomendamos que leia as afirmativas erradas e verifique por que estão erradas e assim sendo assimile ainda mais o conhecimento.

Meu mui obrigado.

Bons estudos.

Prof. Gleibe Pretti

1) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Considere as seguintes afirmativas:

I. Contrato de trabalho é o negócio jurídico pelo qual uma pessoa física ou jurídica admite e assalaria pessoa física, para a prestação de serviços não eventuais e juridicamente subordinados. No entanto, se os serviços a serem prestados forem altamente especializados, não tendo o empregador o domínio da técnica necessária à execução da atividade, nesse caso não haverá relação de emprego, e sim um contrato civil de prestação de serviço, uma vez que será impossível o exercício do poder diretivo próprio do empregador.

II. O contrato de trabalho pode ser celebrado de forma verbal ou escrita. No entanto, em se tratando de um ato decorrente de uma declaração da vontade, esta sempre terá que ser expressa (ainda que verbal), não se admitindo declaração tácita da vontade.

III. Se o contrato de trabalho for por prazo determinado, a título de experiência e com duração não superior a noventa dias, sua celebração poderá ser de modo tácito, e nesse caso serão dispensáveis as anotações na CTPS.

IV. É nula a cláusula de contrato individual de trabalho que preveja a dispensa de fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI) pela empresa, se tal equipamento for necessário à segurança do empregado. A dispensa do fornecimento do EPI só será válida se prevista em norma coletiva, e, mesmo assim, desde que esteja prevista uma compensação financeira para os empregados que deveriam recebê-lo.

Está INCORRETO o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

2) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Considere as seguintes afirmativas:

I. Conforme a jurisprudência do TST, um empregado vigilante de empresa prestadora de serviços,

quando desempenha, por força de contrato de prestação de serviços entre a sua real empregadora e a administração pública, as mesmas atribuições de outro vigilante, estatutário, do quadro do órgão tomador de seus serviços, com igual produtividade e mesma perfeição técnica, tem direito a obter tratamento isonômico quanto à remuneração, pois a todo trabalho de igual valor corresponderá sempre idêntico salário.

II. A existência de quadro de carreira, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou pelo

Conselho Nacional de Política Salarial, nos termos da lei, impede a equiparação salarial, desde que preveja critérios para a promoção por antiguidade e merecimento, alternadamente.

III. Se dois empregados da mesma empresa, trabalhando no mesmo Município, desempenham a mesma função, com a mesma produtividade e a mesma perfeição técnica, sendo que a diferença de tempo na função, entre eles, é de apenas seis meses, será cabível a equiparação salarial, ainda que o paradigma receba salário maior em virtude de ter sido readaptado pelo INSS para aquela função, em virtude de deficiência física.

IV. Estando atendidos todos os requisitos do artigo 461, da CLT, referentes à equiparação salarial, o paradigma recebe salário superior ao do equiparando, em virtude de decisão judicial na qual lhe foi deferido reajuste salarial relativo ao Plano Collor. Nesse caso, será devida a equiparação salarial entre ambos.

(A) Está correta apenas a afirmativa I.

(B) Está correta apenas a afirmativa II.

(C) Está correta apenas as afirmativas I e IV.

(D) Estão corretas apenas as afirmativas II e III.

(E) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

3) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Os intervalos intrajornada e semanal estão previstos em lei. Partindo-se desta premissa, é correto afirmar:

I. Se a jornada diária do empregado for interrompida pela concessão do intervalo de, no mínimo, uma hora de duração, isso não descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento, e a jornada continuará a ser de 6 horas diárias.

II. Se a jornada diária do empregado for interrompida pela concessão do intervalo de, no mínimo, uma hora de duração, estará descaracterizado o turno ininterrupto de revezamento, e a jornada passará a ser de 8 horas diárias.

III. Se a jornada diária do empregado for interrompida pela concessão do intervalo de, no mínimo, uma hora de duração, estará descaracterizado o turno ininterrupto de revezamento, e a jornada passará a ser de 7 horas diárias.

IV. A interrupção diária destinada ao repouso e alimentação ou semanal descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento, estabelecendo jornada que só pode ser ajustada em negociação coletiva.

(A) Está correta apenas a afirmativa I.

(B) Está correta apenas a afirmativa II.

(C) Está correta apenas as afirmativas I e IV.

(D) Estão corretas apenas as afirmativas II e III.

(E) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

4) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Considerando a jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho, considere:

I. O fornecimento de telefone celular ao empregado, por si só, já caracteriza o sobreaviso, face à possibilidade desse empregado ser chamado para trabalhar a qualquer momento.

II. Nos casos de necessidade imperiosa, o trabalho extraordinário poderá ser unilateralmente imposto pelo empregador, não dependendo de acordo ou Convenção Coletiva.

III. O tempo que o empregado leva para ir ao trabalho e voltar, em seu próprio carro, só será considerado como jornada *in itinere* se for local de difícil acesso ou não servido por transporte público regular.

IV. Se os empregados que trabalham em turno ininterrupto de revezamento tiverem sua jornada aumentada para 8 horas diárias, por norma coletiva, a sétima e a oitava horas deverão ser pagas como extras.

(A) Está correta apenas a afirmativa I.

(B) Está correta apenas a afirmativa II.

(C) Está correta apenas as afirmativas I e IV.

(D) Estão corretas apenas as afirmativas II e III.

(E) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

5) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Considere as seguintes afirmativas:

I. Não se admite a equiparação salarial de trabalho intelectual, dada a impossibilidade de avaliação de sua perfeição técnica mediante critérios objetivos.

II. A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do empregado que pretende a equiparação.

III. Para efeito de equiparação de salários, em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.

IV. O artigo 37, inciso XIII, da CF/88, admite a equiparação para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, pela aplicação da norma infraconstitucional prevista no art. 461 da CLT, quando se pleiteia equiparação salarial entre servidores públicos contratados pela CLT, exigindo-se, porém, a existência da quadro de carreiras aprovado por ato administrativo da autoridade competente.

(A) Está correta apenas a afirmativa I.

(B) Está correta apenas a afirmativa II.

- (C) Está correta apenas as afirmativas I e IV.
(D) Estão corretas apenas as afirmativas II e III.
(E) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

6) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Um empregado recebe salário mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais). Em um determinado mês, esse empregado recebeu, também, R\$ 501,00 (quinhentos e um reais) a título de diárias para viagens, R\$ 600,00 (seiscentos reais) a título de ajuda de custo, em virtude da morte de um parente (auxílio-funeral), e R\$ 200,00 (duzentos reais) a título de horas extras. Nesse mês, portanto, o salário desse empregado foi

- (A) R\$ 1.200,00
(B) R\$ 1.501,00
(C) R\$ 1.701,00
(D) R\$ 2.301,00
(E) R\$ 1.201,00

7) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). A empresa Alfa é controladora das empresas Beta e Gama, embora cada uma delas tenha sua própria personalidade jurídica, distinta das demais. João foi contratado pela empresa Gama, mas habitualmente presta seus serviços também para as outras duas empresas do grupo, dentro de sua jornada normal de trabalho. Considerando tal hipótese,

I. caracteriza-se a existência de diversos contratos de trabalho simultâneos, com as três empresas do grupo.

II. as três empresas constituem um grupo econômico, desde que todas atuem na mesma área de atividade.

III. todas as três empresas que integram o grupo econômico responderão solidariamente pelas obrigações trabalhistas em relação ao João, mas seus bens só poderão ser penhorados, segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, se tiverem participado da relação processual na fase e conhecimento.

IV. é ilegal a prestação dos serviços, pelo empregado, a mais de uma das empresas que integram o grupo econômico, salvo na hipótese de ter sido pactuada a existência de contrato de trabalho com cada uma das empresas desse grupo.

Está INCORRETO o que se afirma em

- (A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II, III e IV.

8) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). A respeito do direito coletivo do trabalho, considere as seguintes afirmativas:

I. Por força do princípio constitucional da unicidade sindical, é proibida a criação de mais de uma entidade sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial definida pelos próprios interessados – que não pode ser inferior à área de um município.

II. Os aposentados poderão se filiar ao sindicato, mas é vedada a sua participação na administração das entidades sindicais, uma vez que não têm mais o contato diário com as dificuldades da profissão.

III. Quando a categoria profissional não estiver organizada em sindicato, o exercício do direito de greve pelos trabalhadores dependerá da representação pelos órgãos do Ministério Público do Trabalho, aprovada pelo voto da maioria dos interessados.

IV. O sindicato poderá ser livremente criado pela categoria interessada, desde que obtenha a autorização prévia do Ministro do Trabalho.

(A) Está correta apenas uma afirmativa.

(B) Estão corretas apenas duas afirmativas.

(C) Estão corretas apenas três afirmativas.

(D) Estão corretas quatro afirmativas.

(E) Estão incorretas quatro afirmativas.

9) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Considere as seguintes afirmativas:

I. A prescrição bienal do direito de propositura de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho se conta da extinção do contrato de trabalho, equiparando-se, para tal efeito, segundo entendimento jurisprudencial dominante, a mudança do regime celetista para o estatutário, nos moldes da Lei no 8.112/1990.

II. A prescrição, como matéria de ordem pública, não se encontra sujeita a efeitos preclusivos, podendo ser acolhida pelo órgão julgador em qualquer fase do processo de conhecimento, mesmo na instância extraordinária, desde que argüida expressamente pela parte, quando se tratar de direitos patrimoniais.

III. Todas as ações – tomadas no sentido técnico de pretensão – encontram-se sujeitas aos efeitos da prescrição, independentemente de sua natureza.

IV. O prazo para a propositura da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave é de trinta

dias, contados da data da suspensão do empregado estável, e, sendo de natureza decadencial, mostra-se insuscetível de suspensão ou interrupção.

- (A) Está correta apenas uma afirmativa.
- (B) Estão corretas apenas duas afirmativas.
- (C) Estão corretas apenas três afirmativas.
- (D) Estão corretas quatro afirmativas.
- (E) Estão incorretas quatro afirmativas.

10) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Sobre a sucessão trabalhista, é correto afirmar:

- (A) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos na empresa sucedida.
- (B) O sucessor não é responsável pelos créditos trabalhistas dos empregados da sucedida, mesmo que estes continuem lhe prestando serviços.
- (C) Há na lei, expressamente, a declaração da responsabilidade solidária entre sucedida e sucessora.
- (D) Deve-se formalizar a realização de novos contratos de trabalho com os empregados que continuem prestando serviços à sucessora, podendo haver redução de direitos.
- (E) A alteração na propriedade da empresa não está referida na lei para efeito do tratamento jurídico da sucessão trabalhista.

11) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). No que tange ao trabalho do adolescente, é INCORRETO afirmar:

- (A) Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho, em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.
- (B) A jornada de trabalho do empregado com menos de 18 anos de idade poderá ser de até oito horas diárias desde que este já tenha completado o ensino fundamental.
- (C) Quando o menor de 18 anos de idade for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
- (D) Não será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho.
- (E) Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.

12) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). A respeito do salário, é correto afirmar:

- (A) A participação nos lucros, segundo prevê, expressamente, a Constituição Federal, “não tem natureza salarial”.

(B) O salário mínimo, nos termos expressos da Constituição Federal, não está garantido para quem trabalha em contrato por tempo parcial.

(C) O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, exceto por disposição contratual ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

(D) Na há previsão constitucional estabelecendo que a retenção dolosa do salário constitui crime.

(E) Segundo a Constituição Federal, o trabalhador tem direito a décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

13) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). No que se refere ao trabalho da mulher, é correto afirmar:

(A) A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, justificando, em certas situações, a redução de salário.

(B) O trabalho noturno das mulheres será remunerado com adicional de, no mínimo, 25%, mas não se lhe aplica a hora noturna reduzida de 52' e 30'.

(C) Nos termos da CLT, em caso de prorrogação do horário normal de trabalho da mulher, será obrigatório um descanso de 15 minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.

(D) Conforme prevê a CLT, para o trabalho aos domingos, autorizado por motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, deve ser organizada uma escala de revezamento, que favoreça o repouso dominical a cada quatro semanas.

(E) Nos termos da lei, o direito à licença-maternidade, para os casos de adoção e guarda judicial, não depende de apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

14) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Quanto à cessação do contrato de trabalho, é correto afirmar:

(A) Segundo posição do STF, a aposentadoria por tempo de serviço extingue o contrato de trabalho.

(B) À empregada doméstica, gestante, não se aplica a proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

(C) O pagamento da parte incontroversa das verbas rescisórias deve ser efetuado pelo empregador na data de seu comparecimento à Justiça do Trabalho, em razão de ação proposta pelo empregado, sob pena de acréscimo de 50% nas parcelas de natureza salarial.

(D) Havendo banco de horas, na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma da lei, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

(E) A CLT, no § 8o, do art. 477, não prevê índice de correção para a multa (por atraso no pagamento das verbas rescisórias) à qual se refere.

15) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Prevê, expressamente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, de 1948:

(A) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

(B) Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por trabalho igual ou semelhante.

(C) Todo homem mesmo sem trabalhar tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

(D) Todo homem tem direito de não se associar a sindicatos para proteção de seus interesses particulares.

(E) Todo homem tem direito a repouso semanal e lazer, inclusive a limitação da jornada de trabalho em oito horas por dia e a férias remuneradas periódicas de, no mínimo, trinta dias ao ano.

16) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Em se tratando de trabalho rural,

(A) há responsabilidade subsidiária entre empresas que estão sob a direção, controle ou administração de outra, sem que haja identidade societária.

(B) a exploração industrial em estabelecimento agrário não caracteriza o empregador rural.

(C) os empregadores que se dedicam à pecuária leiteira devem fornecer, diariamente, um litro de leite a seus empregados cujos dependentes tenham até 14 anos de idade.

(D) considera-se empregado rural a pessoa jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, executa serviços de natureza agrária.

(E) há responsabilidade solidária entre empresas que, embora com personalidade jurídica própria e guardando sua autonomia, integram grupo econômico ou financeiro rural.

17) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Aos servidores públicos das carreiras militares e aos empregados públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, a sindicalização e a greve

(A) são limitadas apenas quanto à celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho para os primeiros e garantidas irrestritamente para os últimos.

(B) constituem direitos assegurados por disposição constitucional.

(C) são proibidas para os primeiros e limitadas apenas quanto à celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho para os últimos.

(D) recebem tratamento idêntico ao conferido às atividades essenciais.

(E) são proibidas para os primeiros e garantidas irrestritamente para os últimos.

18) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Um empregado trabalha de segunda a sábado, em turnos de revezamento, da seguinte forma: na primeira semana, o trabalho é das 6 às 14 horas; na segunda, a jornada é cumprida das 14 às 22 horas; na terceira semana, o trabalho é prestado das 22 às 6 horas. A partir da quarta semana, o ciclo se repete. Nesse caso,

I. se houver acordo escrito entre o empregado e o empregador, a jornada de trabalho poderá ser

estipulada como sendo de 8 horas diárias, desde que o salário seja aumentado proporcionalmente ao aumento da jornada.

II. a existência do Repouso Semanal Remunerado (aos domingos) faz com que a jornada normal desse empregado seja de 8 horas diárias, em virtude de ter ocorrido interrupção na prestação dos serviços.

III. cada vez que o ciclo recomeçar (de 3 em 3 semanas) esse empregado terá direito ao recebimento de 11 horas extras, em virtude do descumprimento do lapso temporal mínimo que deveria ter sido observado entre as duas jornadas.

IV. na hipótese de turno ininterrupto de revezamento a jornada normal dos empregados poderá ser

modificada para 8 horas diárias, desde que isso seja feito por Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou Sentença Normativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) III.

(E) III e IV.

19) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). João, após 35 anos de trabalho para uma empresa pública, requereu a sua aposentadoria, continuando, no entanto, a trabalhar. Dois anos após a aposentação, João veio a ser dispensado sem justa causa. Nesse caso,

I. a aposentadoria de João extinguiu o contrato de trabalho, iniciando-se a partir daí um novo contrato.

II. o contrato de trabalho foi um só, não tendo havido a extinção em virtude da aposentadoria. No entanto, ao ser dispensado sem justa causa, João receberá a multa de 40% do FGTS apenas sobre os depósitos referentes aos dois anos posteriores à aposentadoria.

III. ao ser dispensado sem justa causa, João terá direito ao recebimento da multa de 40% do FGTS, que deverá ser calculada sobre o saldo existente na conta do Fundo de Garantia e relativo a todos os 37 anos trabalhados.

IV. por ser trabalhador aposentado, João não poderá ser dispensado sem justa causa.

Está INCORRETO o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

20) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Nas ações movidas perante a Justiça do Trabalho contra a Fazenda Pública constitui garantia o

(A) prazo em dobro só para recurso ordinário, com dispensa do depósito prévio e remessa *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

(B) prazo em dobro só para recurso ordinário e recurso de revista *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

(C) prazo em quádruplo para recurso, e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

(D) prazo em dobro para recurso, em quádruplo para recorrer, além de remessa *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias, se a condenação superar 60 salários mínimos.

(E) recurso ordinário, recurso de revista e agravos *ex officio* das decisões que lhes sejam total ou parcialmente contrárias.

21) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). A remição, no processo do trabalho, na fase de execução somente será deferível ao executado se este oferecer preço igual a

(A) 20% do valor da avaliação.

- (B) 30% do valor da avaliação.
- (C) 50% do valor do maior lance.
- (D) o do maior lance.
- (E) o da condenação.

22) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Conforme a CLT, admite-se uma tolerância de 15 minutos após a hora marcada para o início da audiência, no caso de não

- (A) comparecer o reclamante.
- (B) comparecerem os procuradores.
- (C) comparecerem as partes.
- (D) comparecer o juiz.
- (E) comparecer o secretário da Vara do Trabalho.

23) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). No procedimento sumaríssimo, o juiz deverá decidir de plano,

- (A) litispendência, conexão e coisa julgada.
- (B) prescrição e decadência.
- (C) compensação e retenção.
- (D) prescrição e litispendência.
- (E) compensação e coisa julgada.

24) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Em determinada ação trabalhista, as partes se compõem, ajustando na transação o pagamento de R\$ 10.000,00 pela reclamada, em quatro parcelas iguais de R\$ 2.500,00, com vencimento em 25/08/07, 25/09/07, 25/10/07 e 25/11/07, tendo sido, ainda, pactuado na hipótese de inadimplência 50% de multa. O acordo foi devidamente homologado. Vencida a primeira parcela e não se verificando o pagamento, terá início a execução pelo valor

- (A) da parcela vencida, mais 50% de multa sobre a parcela.
- (B) da parcela vencida, acrescida da multa de 50%, mais parcelas vincendas, sem multas.
- (C) das parcelas vencidas até a data da assinatura do mandato executório, mais multa de 50% sobre tais parcelas.
- (D) total da conciliação, mais a multa, devendo aguardar-se o término do prazo avençado para cumprimento do acordo, para ato contínuo expedir mandado executório.
- (E) total do acordo, mais a multa de 50%.

25) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Rescindida sentença trabalhista, a execução da decisão proferida em ação rescisória se fará

- (A) em autos apartados, no juízo de primeiro grau.

(B) nos autos da ação rescisória, que serão remetidos ao juízo de primeiro grau.

(C) nos autos da ação rescisória, no Tribunal Regional do Trabalho.

(D) nos próprios autos da ação que lhe deu origem, no juízo de primeiro grau.

(E) nos próprios autos da ação que lhe deu origem, no Tribunal Regional do Trabalho.

26) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Ao ser citada para contestar uma reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado, a reclamada verifica que está sendo repetido pedido de horas extras já decidido por sentença da qual não cabe mais nenhum recurso. A reclamada em defesa deverá

(A) opor exceção de coisa julgada.

(B) argüir preliminar de coisa julgada.

(C) opor exceção de nulidade.

(D) argüir litigância de má-fé.

(E) argüir preliminar de carência de ação.

27) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Quando uma constrição for além dos bens do demandado e alcançar aqueles que pertençam a um terceiro, oferece a lei ao interessado a possibilidade de propor embargos

(A) de terceiro, opostos a qualquer tempo, no processo de execução até cinco dias antes da arrematação e assinatura da respectiva carta.

(B) de terceiro, opostos a qualquer tempo, no processo de conhecimento e até oito dias depois da

arrematação e antes da assinatura da respectiva carta, no procedimento de execução.

(C) de terceiro, opostos a qualquer tempo, no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença.

(D) à execução, somente, no processo de execução até cinco dias depois da adjudicação e antes da assinatura da respectiva carta.

(E) à execução, somente, no processo de execução enquanto não transitada em julgado a sentença.

28) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Estando o reclamante representado por advogado e pretendendo este recorrer ordinariamente da sentença, é pressuposto do recurso

(A) a existência de omissão, obscuridade ou contradição na sentença.

(B) a existência de procuração ou substabelecimento válidos, outorgados ao advogado que subscreve o recurso.

(C) o pagamento do depósito recursal.

- (D) a transcendência da matéria com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
(E) a demolição justificada das matérias impugnadas.

29) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). O Município contrata regularmente serviço de vigilância de empresa prestadora de serviços. Conforme o entendimento sumulado pelo TST, na hipótese de um empregado desta empresa terceirizada ingressar com reclamação trabalhista em face da empregadora e em face do Município, é correto afirmar quanto às obrigações trabalhistas do reclamante que

- (A) ambas são responsáveis solidárias.
(B) apenas a empregadora é responsável, por força do artigo 37, II, da Constituição Federal.
(C) a empregadora é responsável principal e o Município é responsável subsidiário.
(D) apenas o Município é responsável, por força do artigo 37, II, da Constituição Federal.
(E) o Município é responsável principal e a empregadora é responsável subsidiária.

30) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). A sentença de liquidação no processo do trabalho pode ser impugnada quer pelo exeqüente, quer pelo executado

- (A) por agravo de petição, no prazo de oito dias da ciência real ou presumida.
(B) na mesma ocasião dos embargos à penhora, no prazo de cinco dias, a contar da garantia do juízo.
(C) por embargos à execução, no prazo de oito dias da garantia do juízo.
(D) por impugnação, no prazo de oito dias dos embargos à execução, após a garantia do juízo.
(E) por embargos à execução, se versar matéria de fato, ou por agravo de petição, se versar matéria de direito, no prazo respectivo de cinco ou oito dias, a contar da garantia do juízo.

31) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). O *ius postulandi* encontra limitação no impedimento para

- (A) apresentar razões finais.
(B) impugnar cálculos.
(C) interpor recurso de revista.
(D) interpor recurso extraordinário.
(E) impetrar *habeas corpus*.

32) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Por força de previsão inserta em convenção coletiva de trabalho, ficou estabelecido que as empresas representadas deveriam pagar, ao sindicato profissional, a importância de R\$ 10,00 por empregado que trabalhasse aos domingos, no mês de dezembro de 2006. O valor arrecadado seria destinado ao incremento dos serviços médico e odontológico prestados pelo sindicato profissional. Várias das empresas descumpriram o pactuado, o que motivou o ajuizamento de diversas ações pelo sindicato profissional. Nessa situação, embora não haja conflito direto entre trabalhadores e empregadores, a competência para solucionar esses conflitos

(A) será sempre da Justiça do Trabalho.

(B) poderá ser da Justiça do Trabalho ou da Justiça Federal, a critério do sindicato autor.

(C) poderá ser da Justiça do Trabalho, da Justiça Estadual ou da Justiça Federal, a critério do sindicato autor.

(D) poderá ser da Justiça do Trabalho ou da Justiça Estadual, a critério do sindicato autor.

(E) não poderá ser da Justiça do Trabalho, uma vez que não há conflito entre empregado e empregador, e sim entre pessoas jurídicas.

33) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Pretende o Ministério Público do Trabalho ajuizar Ação Civil Pública em virtude de fraude na contratação, pela União, de cooperativa de trabalhadores para os serviços de limpeza e conservação em prédios públicos. A União apontou, em preliminar, a incompetência da Justiça do Trabalho requerendo a remessa dos autos para a Justiça Federal comum. Considerada essa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) a preliminar deve ser rejeitada, pois a incompetência deve ser argüida mediante exceção.

(B) a competência para instruir e julgar o feito é da Justiça Federal, devendo ser acolhida a preliminar.

(C) não merece acolhida a preliminar suscitada, pois a competência material é da Justiça do Trabalho.

(D) não merece acolhida a preliminar suscitada, pois a competência *ratione loci* é da Justiça do Trabalho.

(E) essa incompetência, sendo relativa e, por isso, prorrogável, deve ser argüida pela parte a quem aproveita, não podendo ser decretada de ofício.

34) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Em relação ao processo do trabalho, é correto afirmar:

- (A) Perante a Justiça do Trabalho os empregados e os empregadores podem propor e acompanhar, pessoalmente, suas ações até o final, exceto se o valor da causa for superior a quarenta salários mínimos.
- (B) No processo do trabalho as partes poderão conciliar a qualquer tempo, desde que ainda não tenha sido citado o devedor para pagar.
- (C) A execução, no processo do trabalho, deve ser requerida pelos interessados, pois o seu início *ex officio* violaria o princípio do dispositivo.
- (D) Elaborada a conta pela contadoria do juízo, o juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo para a impugnação fundamentada, sob pena de preclusão.
- (E) A execução sempre se esteia em um título executivo, que no processo do trabalho poderá ser judicial ou extrajudicial.

35) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Em relação ao processo do trabalho, é correto afirmar:

- (A) Se o sindicato da categoria profissional pretender ajuizar ação como substituto processual de integrantes da categoria, deverá fazer a individualização dos substituídos na petição inicial, e essa substituição se restringe aos casos autorizados pela lei.
- (B) No caso de conciliação, o termo lavrado só poderá ser atacado por ação rescisória, conforme entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Na audiência de instrução, o Juiz indeferiu o pedido de intimação da testemunha, feito pela parte. Em virtude disso, poderá o requerente, de imediato, recorrer ordinariamente.
- (D) Se a testemunha do reclamante também estiver litigando contra a empresa, deverá ser, por isso, considerada como suspeita, face à sua evidente imparcialidade.
- (E) No processo do trabalho, em regra, os recursos terão efeito meramente devolutivo, ficando a critério do juiz recebê-los também no efeito suspensivo, mas desde que o faça em decisão fundamentada.

36) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). O reclamante, em uma ação trabalhista, postulou a reintegração na mesma função anteriormente ocupada. O juiz deferiu o pedido de antecipação da tutela, relativo à reintegração. Nessas condições, é correto afirmar:

- (A) O reclamante deverá ser reintegrado tão logo transite em julgado a decisão.
- (B) Não é cabível antecipar a tutela quanto à reintegração do empregado, face ao perigo de irreversibilidade.

(C) Se a tutela foi antecipada na própria sentença, o reclamado poderá atacá-la pela interposição do recurso ordinário, que nessa hipótese terá efeito suspensivo.

(D) Se a tutela foi antecipada em decisão incidental, o reclamado poderá atacá-la impetrando mandado de segurança.

(E) O reclamante deverá ser imediatamente reintegrado, desde que a empresa reclamada não recorra da decisão.

37) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Distribuída a ação trabalhista para uma das Varas do Trabalho de Manaus (11a Região), o reclamado apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, acolhida pelo Juiz, que determinou a remessa dos autos para uma das Varas do Trabalho de Jundiá (15a Região). Considerada essa situação hipotética e o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar:

(A) O reclamante poderá interpor, desde logo, recurso ordinário para que o Tribunal Regional do Trabalho da 11a Região reexamine a questão da competência em razão do lugar.

(B) O reclamante só poderá atacar a questão da competência por ocasião do recurso interposto contra a decisão final, pois não se admite o recurso imediato contra as decisões interlocutórias.

(C) O reclamante poderá interpor, desde logo, recurso ordinário para que o Tribunal Regional do Trabalho da 15a Região reexamine a questão da competência em razão do lugar.

(D) Não poderia o juiz ter acolhido a exceção de incompetência em razão do lugar, pois essa espécie de competência é relativa, sendo admissível sua prorrogação.

(E) A incompetência em razão do lugar deve ser apontada em preliminar, na própria contestação, e não sob a forma de exceção.

38) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). O reclamado A foi condenado a pagar verbas trabalhistas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais); o reclamado B, por sua vez, foi condenado a pagar R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Suponha-se que da tabela referente ao depósito recursal conste o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o recurso ordinário e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o recurso de revista. Em ambos os casos não houve agravamento da condenação pelo Tribunal Regional do Trabalho. Conforme jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o depósito recursal a ser efetuado por cada um dos reclamados deverá ser de

(A) R\$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso de revista de B.

(B) R\$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no recurso de revista de B.

(C) R\$ 3.000,00 (três mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no recurso de revista de B.

(D) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso ordinário de A e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no recurso de revista de B.

(E) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no recurso ordinário de A e o mesmo valor no recurso ordinário de B.

39) (TRT – 11º Região – Juiz do Trabalho Substituto – agosto/2007 – FCC). Considere as seguintes afirmativas, quanto aos embargos à execução trabalhista:

I. Têm natureza de ação do executado contra o exeqüente.

II. Em nenhuma hipótese será admitida a produção de prova testemunhal.

III. O embargante poderá aproveitar para discutir as matérias que não foram abordadas na fase de conhecimento.

IV. Só poderão ser apresentados se o juízo estiver garantido, salvo se o embargante for a fazenda pública.

Das afirmativas apresentadas,

(A) nenhuma está correta.

(B) apenas uma está correta.

(C) apenas duas estão corretas.

(D) apenas três estão corretas.

(E) quatro estão corretas.

40) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Considere as assertivas a respeito de empregado e empregador.

I. Empregado é toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

II. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

III. Equiparam-se ao empregador para efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência e as associações recreativas.

IV. Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

41) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de

- (A) 28 dias corridos, quando houver tido de 6 a 14 faltas injustificadas.
- (B) 24 dias corridos, quando houver tido de 6 a 14 faltas injustificadas.
- (C) 18 dias corridos quando houver tido de 6 a 14 faltas injustificadas.
- (D) 18 dias corridos quando houver tido de 24 a 32 faltas injustificadas.
- (E) 15 dias corridos quando houver tido de 24 a 32 faltas injustificadas.

42) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Com relação a jornada de trabalho é correto afirmar:

- (A) Os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, deverão observar a jornada de trabalho não excedente de oito horas diárias ou quarenta e quatro horas semanais.
- (B) Serão computadas como jornada extraordinária as variações de horário de ponto, não excedentes de três minutos, observado o limite máximo de 20 minutos diários.
- (C) Em regra, o tempo despendido pelo empregado até o local do trabalho e para seu retorno, por qualquer meio de transporte será computado como jornada de trabalho.
- (D) A duração normal de trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de três, mediante acordo escrito entre empregador e empregado.
- (E) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.

43) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). De acordo com a

Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, não excedendo de seis horas o trabalho contínuo, será obrigatório um intervalo de

- (A) 25 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas.
- (B) 20 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas.
- (C) 20 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 2 horas.
- (D) 15 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 2 horas.
- (E) 15 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas.

44) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Considere as assertivas a respeito das férias coletivas.

I. Em regra, as férias coletivas poderão ser concedidas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos.

II. Os empregados contratados há menos de 12 meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

III. O empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 10 dias, datas de início e fim das férias coletivas.

IV. Quando o número de empregados contemplados com as férias coletivas for superior a 200, a empresa poderá promover, mediante carimbo, a anotação da concessão das férias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.

45) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito

(A) desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

(B) independentemente dessa possibilidade ter sido acordada, desde que haja ocorrência de culpa ou dolo do empregado e desde que o desconto não ultrapasse 15% do salário do obreiro.

(C) desde que essa possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de culpa ou dolo do empregado, sendo o desconto permitido de no máximo 10% do salário do obreiro.

(D) independentemente dessa possibilidade ter sido acordada, desde que haja ocorrência de dolo ou culpa do empregado, não havendo limite para o desconto.

(E) independentemente dessa possibilidade ter sido acordada, desde que haja ocorrência de culpa ou dolo do empregado e desde que o desconto não ultrapasse 10% do salário do obreiro.

46) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Maria celebrou contrato de trabalho por prazo determinado com a empresa X uma vez que a natureza do serviço justificava a predeterminação do prazo e João celebrou contrato de experiência com a empresa Y. Neste caso, o contrato de trabalho de Maria

(A) e de João não poderão ser estipulados por mais de 90 dias.

(B) não poderá ser estipulado por mais de 1 ano e o de João por mais de 90 dias.

(C) não poderá ser estipulado por mais de 2 anos e o de João por mais de 60 dias.

(D) não poderá ser estipulado por mais de 2 anos e o de João por mais de 90 dias.

(E) e de João não poderão ser estipulados por mais de 1 ano.

47) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, quando o salário-mínimo mensal do empregado a comissão for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á

(A) garantido, somente em algumas hipóteses especificadas em lei, o salário-mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.

(B) sempre garantido o salário-mínimo, permitido, porém, o desconto em mês subsequente a título de compensação.

(C) sempre garantido o salário-mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.

(D) garantido, somente em algumas hipóteses especificadas em lei, o salário-mínimo, permitido, porém, o desconto em mês subsequente a título de compensação.

(E) garantido, em algumas hipóteses especificadas em lei, o salário-mínimo, permitido, porém, o desconto a partir do segundo mês subsequente a título de compensação.

48) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). A respeito da prova testemunhal, considere:

I. As testemunhas sofrerão desconto pelas faltas ao serviço ocasionadas pelo seu comparecimento para depor quando tiverem sido arroladas para a audiência, mas forem dispensadas em razão de acordo.

II. O juiz providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

III. Em regra, cada uma das partes poderá indicar até três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado para seis.

IV. A testemunha que for parente em terceiro grau civil de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) II, III e IV.

(C) II e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I e III.

49) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). O NÃO comparecimento do reclamante à audiência, sem motivo relevante, implica

(A) no arquivamento da reclamação.

(B) no prosseguimento da reclamação, com a presença de seu advogado.

(C) na designação de nova audiência, sem qualquer sanção.

(D) na designação de nova audiência, com imposição de multa.

(E) no julgamento imediato em favor do reclamado.

50) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nos dissídios individuais, a reclamação poderá ser apresentada pelos empregados

(A) somente através de advogado ou do sindicato da classe.

(B) somente através de advogado.

(C) apenas por escrito.

(D) pessoalmente.

(E) através de qualquer colega de trabalho.

51) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Das decisões definitivas das Varas do Trabalho, pode ser interposto para a instância superior

(A) recurso extraordinário e de revista.

(B) recurso ordinário.

(C) recurso de revista.

(D) agravo de petição.

(E) agravo de instrumento.

52) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). Proferida a decisão, os evidentes erros de cálculo dela constantes, antes da execução, poderão ser corrigidos

(A) somente pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

(B) somente a requerimento das partes.

(C) apenas pela superior instância, se houver recurso.

(D) pela secretaria do juízo.

(E) pelo juiz *ex officio*.

53) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). O procedimento sumaríssimo no processo trabalhista, previsto pela Lei no 9.957/2000, será adotado nos dissídios

(A) coletivos, cujo valor não exceda a trinta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento.

(B) individuais em que for parte a Administração Pública direta.

(C) individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

(D) individuais ajuizados contra autarquia ou fundação mantida pelo poder público.

(E) individuais que, independentemente de valor, tenham pedido certo ou determinado.

54) (TRT/MT – 23º Região – Técnico Judiciário – Área Administrativa – junho/2007 – FCC). É certo que, dentre a classificação de receitas por fontes, as receitas correntes podem ser transferências correntes, que por sua vez são provenientes de (A) multas, contribuições, cobranças da dívida ativa e outras receitas diversas.

(B) impostos, taxas, contribuições de melhoria e outras modalidades de tributos.

(C) ingressos imobiliários, de valores mobiliários, participações e dividendos.

(D) realização de serviços materiais, intelectuais e de outras receitas de natureza industrial.

(E) operações e crédito, alienação de bens móveis e imóveis e amortizações de empréstimos concedidos.

55) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). É totalmente correto afirmar que o direito de ação é um direito

(A) subjetivo, privado, autônomo e concreto.

(B) subjetivo, público, autônomo e abstrato.

(C) objetivo, público e vinculado ao resultado do processo.

(D) objetivo, privado e vinculado ao resultado do processo.

(E) objetivo, privado, concreto e abstrato.

56) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Paulo ajuizou ação de cobrança de honorários médicos contra João, no valor de R\$ 30.000,00, tendo a ação sido distribuída à 2ª Vara da Comarca. João ajuizou ação da cobrança de aluguéis contra Paulo, no valor de R\$ 40.000,00, tendo a ação sido distribuída à 3ª Vara da Comarca. Nesse caso,

(A) não há conexão, nem continência, porque, embora as partes sejam as mesmas, a causa de pedir é diversa.

(B) há conexão, porque as partes são as mesmas e lhes é comum o objeto das ações.

- (C) há continência, porque as partes são as mesmas e o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
- (D) há conexão, porque as partes são as mesmas e lhes é comum a causa de pedir.
- (E) há continência, porque há identidade de partes e de objeto, sendo que a causa de pedir de uma abrange a da outra.

57) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Numa ação ordinária, no prazo fixado pelo juiz, o réu apresentou o seu rol com duas testemunhas. Na véspera da audiência, formulou pedido para inclusão de mais uma testemunha. Esse pedido foi indeferido, por ter ocorrido a

- (A) preclusão lógica.
- (B) coisa julgada formal.
- (C) preclusão temporal.
- (D) coisa julgada material.
- (E) preclusão consumativa.

58) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito,

(A) desde logo a indeferirá, mencionando os fundamentos de fato e de direito que motivaram essa decisão.

(B) determinará que o autor a emende ou a complete no prazo de dez dias.

(C) ordenará a devolução desta ao advogado do autor para elaborar outra petição inicial que atenda aos requisitos legais.

(D) determinará a citação do réu, para responder aos termos da ação, no prazo legal.

(E) a adequará aos requisitos legais, corrigirá os defeitos e irregularidades, e determinará a citação do réu.

59) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). João ajuizou ação de cobrança contra José, por danos causados em seu veículo. Essa ação foi julgada improcedente, por sentença da qual ainda cabe recurso. Entrementes, João ajuizou nova ação de cobrança contra José,

pelos mesmos danos causados em seu veículo. Nesse caso, José deverá

- (A) argüir incompetência absoluta em preliminar da contestação.
- (B) opor exceção de coisa julgada formal.
- (C) opor exceção de coisa julgada material.
- (D) argüir litispendência em preliminar da contestação
- (E) opor exceção de incompetência.

60) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). A respeito dos recursos, considere:

- I. O terceiro prejudicado, mesmo não sendo parte na lide, pode recorrer da sentença, demonstrando nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.
 - II. O Ministério Público só tem legitimidade para recorrer nos processos em que for parte.
 - III. O recorrente só poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido e dos litisconsortes.
 - IV. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da parte contrária. Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.

61) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho o empregado

- (A) terá direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (B) não terá direito a qualquer verba rescisória por ter contribuído para a rescisão de seu contrato de trabalho.
- (C) terá direito a 50% do valor do aviso prévio e a integralidade do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (D) terá direito a integralidade do valor do aviso prévio e a 50% do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

(E) terá direito a integralidade do décimo terceiro salário e das férias proporcionais, apenas.

62) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Com relação a estabilidade da empregada gestante é certo que

(A) equipara-se a empregada gestante a mãe adotiva que possui garantia de emprego pelo prazo de três meses após a formalização da adoção.

(B) a garantia de emprego à gestante autoriza a reintegração ao trabalho a qualquer momento, tratando-se de direito inerente à estabilidade existente.

(C) é vedada, em regra, a dispensa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.

(D) a norma coletiva não poderá estender a garantia de emprego à gestante por expressa vedação legal, tratando-se de norma constitucional que deverá ser respeitada.

(E) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

63) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Maria trabalha na empresa Tato realizando serviço suplementar com habitualidade há 1 ano e quatro meses. Seu empregador pretende suprimir as horas extras prestadas por Maria. Neste caso,

(A) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 2 meses das horas suprimidas.

(B) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 1 mês das horas suprimidas.

(C) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao último salário recebido.

(D) não será assegurado a Maria qualquer valor a título de indenização, uma vez que a supressão de horas extras é benéfica ao trabalhador.

(E) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente a 50% do último salário recebido.

64) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). As duas horas em que o empregado urbano sai mais cedo para procurar novo emprego

durante o aviso prévio e o repouso semanal remunerado são hipóteses de

- (A) suspensão e interrupção do contrato de trabalho, respectivamente.
- (B) suspensão do contrato de trabalho.
- (C) interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.
- (D) interrupção do contrato de trabalho.
- (E) rescisão e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.

65) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Com relação às Comissões de Conciliação Prévia, de acordo com a Lei no 9.958/2000 é correto afirmar:

- (A) As Comissões de Conciliação Prévia instituídas no âmbito do sindicato terão sua constituição e normas de funcionamento definidas em lei ordinária específica para cada Comissão.
- (B) As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo improrrogável de 90 dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.
- (C) A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.
- (D) Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de Empresa e Comissão Sindical, o interessado obrigatoriamente deverá submeter a sua demanda na Comissão Sindical.
- (E) Em regra, o termo de conciliação das Comissões de Conciliação Prévia não é título executivo extrajudicial, não possuindo eficácia liberatória geral, por expressa determinação legal.

66) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Segundo entendimento sumulado do TST, a gratificação semestral

- (A) não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados, mas repercute, pelo seu duodécimo, na indenização por antigüidade e na gratificação natalina.

(B) não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, exceto se indenizados, mas repercute, pelo seu duodécimo, na indenização por antigüidade e na gratificação natalina.

(C) não repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, exceto se indenizados, bem como na indenização por antigüidade.

(D) não repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, ainda que indenizados, bem como na indenização por antigüidade.

(E) repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, ainda que indenizados, bem como na indenização por antigüidade.

67) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Considere as seguintes assertivas a respeito do direito de greve:

I. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 24 horas, da paralisação.

II. As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas poderão impedir o acesso ao trabalho, mas não poderão causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

III. Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

IV. Na greve, em serviços essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 horas de paralisação.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I e IV.

(D) II, III e IV.

(E) III e IV.

68) (TRT/MT – 23º Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – junho/2007 – FCC). Além do pagamento em dinheiro compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, as prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do